



XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017
ISBN: 978-85-68618-03-5



“QUALIDADE, EFICIÊNCIA E VALIDADE DA UNIVERSIDADE: GESTÃO PÚBLICA OU GESTÃO PRIVADA?”

RAUL OTTO LAUX
UNIFEBE – Brusque/SC
raullaux@unifebe.edu.br

SIMONE SARTORI
UNIFEBE – Brusque/SC
simone.sartori@unifebe.edu.br

MARIA APARACIDA BERNART LAUX
FURB – Blumenau/SC
mablaux@furb.br

GÜNTHER LOTHER PERTSCHY
UNIFEBE – Brusque/SC
reitoria@unifebe.edu.br

GISSELE PRETTE HEIL
UNIFEBE – Brusque/SC
gissele@unifebe.edu.br

RESUMO

O artigo aborda questões derivadas da dicotomia entre ensino superior público e seu congêneres de cunho privado, a partir de questionamentos sobre a validade e a sobrevivência de um e de outro universo, bem como os problemas que orbitam em ambos, tendo como Norte a deterioração e esvaziamento do primeiro (ensino superior público). Parte-se da questão-problema atinente ao futuro desses dois segmentos educativos, segundo o pressuposto de provável esvaziamento da educação superior de administração pública. A análise permite concluir que, a partir do deterioro da educação básica, familiar, observada na prática diuturna social, o futuro do ensino público parece estar fadado a sucumbir em razão das forças econômicas que o empanam e reforçam a tendência à supremacia do setor privado. A Universidade Pública agoniza, *pari passu* do crescimento e expansão da sua congêneres privada. Mesmo assim, constata-se que, *lato sensu*, a qualidade da educação de terceiro grau denota crescente comprometimento da sua qualidade, seguindo um padrão já vigente nos degraus precedentes, o que redundará em alerta de risco para o todo social, demandando urgente repensar das políticas públicas destinadas ao ensino em sentido lato.

Palavras chave: Universidade pública; Universidade privada; qualidade educativa; meios socioeconômicos; políticas educativas.

1. INTRODUÇÃO¹

Parta-se de um interrogante que permita situar o tema no tempo e no espaço: em específica referência à realidade brasileira – mas sem menosprezar o cenário global –, qual foi o principal motivador que impulsionou o desenvolvimento em larga escala do setor do ensino superior privado? Esta questão requer uma sumária explanação histórica que remete ao período de regência dos governos militares a partir de 1964 até 1985. Fundamentalmente embasado na dissonância ideológica – *esquerda versus direita* –, fator, sublinhe-se, que se disseminava por todo o continente sul e centro-americano a partir das estratégias nascidas do governo comunista cubano (regido pela então URSS²), a insurreição dos comandantes das Forças Armadas (com apoio de largas parcelas da sociedade e de importantes líderes políticos e religiosos) veio sustentada por indefinições ideológicas: “assumir-se como ditadura ou conciliar com os princípios liberais, ao passo que oscilava entre o nacionalismo desenvolvimentista e os princípios do livre mercado” (MOTTA, 2014, seção 3). A opção, *a priori*, recaiu sobre a segunda estratégia sem, todavia, desprezar a primeira como fator fundamental para a manutenção da ordem social, tumultuada pelas investidas guerrilheiras dos ditos *movimentos de esquerda*.

Dentre seus feitos, o governo militar incentivou o ingresso da iniciativa privada à educação superior, a livre concorrência num mercado marcado por manipulações nada elogiosas e uma certa estagnação da educação superior pública, mais dedicada a uma *elite* que conseguia alcançar o dificultoso ingresso a ela. Não há dúvida que, desde este ângulo de enfoque (o incremento à iniciativa privada), trouxe grandes benefícios redundantes na disputa acirrada por aceder aos estudos superiores. Leopoldo e Silva (2001, p.295), sublinha que, a partir do *Relatório Atcon*³ a universidade brasileira passou a reger-se por um documento intitulado “*Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*”, cujo teor “colocava as instituições no eixo da privatização, ideia vendida com o rótulo de modernização” (ARAÚJO; CORREIA, 2005, p.175). Estava aberto, assim, o franqueio a organizações universitárias privadas de vários segmentos empresariais, bem como a investidores ousados e empreendedores que acreditavam nesta incipiente e prometedora fatia mercadológica. Vale recordar, como complemento informativo, que o *Relatório Atcon* vinha fundamentado num propósito central: “a estruturação de uma universidade tecnocrática a serviço do projeto desenvolvimentista” (BUARQUE, 1994, p.55), fator que lhe propiciara alvissareira recepção por grande parcela da comunidade acadêmica, inobstante preconceitos ideológicos vigentes à época do advento de dito documento.

A partir deste breve introito, surge a problemática a ser planteada nos seguintes termos: *Quais as consequências (diretas e indiretas) geradas pelo movimento de privatização da educação superior, a partir do Relatório Atcon, sobre o funcionamento e desempenho das instituições universitárias públicas, no tocante às suas estruturas administrativas, funcionais (docentes), didático-pedagógicas e gestoras em sentido amplo?* Para o alcance deste desiderato, definiram-se os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Analisar, criticamente, os principais fatores que compõem o modelo de gestão universitária pública em comparação àqueles atinentes à gestão universitária privada,

¹ Todos os textos originalmente em idioma estrangeiro são tradução livre do articulista.

² União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, nascida em 1922 e dissolvida em 1991.

³ Fundamento da reforma universitária segundo os ditames de Rudolph Atcon, membro da *United State Agency for International Development (USAID)*.

apontando e discutindo os de maior relevância em termos de desempenho funcional, didático-pedagógico, administrativo-gestor e inclusivo-social, tomando como referência temporal o período pós- assinatura do Relatório Atcon até o presente.

Objetivos Específicos:

- a) Apontar as características mais relevantes do modelo administrativo-gestor de cada um dos segmentos universitários: público e privado.
- b) Discutir a situação hodierna dos universos em foco, destacando os “pontos fora da curva” entendidos como de maior relevância.

2. UNIVERSIDADE PÚBLICA *VERSUS* PRIVADA: FUTURO INCERTO?

O reconhecido filósofo e doutor em Ciências da Educação, Waldemar Sguissardi (2005), em pontual artigo sobre a *Universidade Pública Estatal*, constata o que considera “o mais crucial dilema para a universidade estatal pública na modernidade: diante dos constrangimentos econômico-financeiros e da nova concepção da economia, de Estado e dos direitos ou serviços públicos ver-se identificada como *bem público ou privado/mercantil*” [cursivas no original] (pp.192-193). Mais simbólico ainda é, segundo a visão do referido estudioso, que tal crise alcança o Estado do Bem-Estar e o Estado Desenvolvimentista, fenômeno abrangente que penaliza por igual a “*gregos e troianos*” – simbolizando países do globo centrais e também periféricos –, indistintamente. A ratificar tal cenário, Sguissardi (2005, op.cit.) aponta, em base a uma visão panorâmica mundial, os índices de expansão quantitativa das IES privadas (com ênfase naquelas que visam fins lucrativos), ao passo que fenômeno diametralmente oposto se constata em sede das IES públicas, representado pela “lenta mas firme redução dos investimentos estatais nas universidades públicas, com relação ao PIB, de uma amostra aleatória de países ricos e pobres” (p.193). A exceção a esta que parece ser uma *regra* mundial, recai sobre a Inglaterra e outras poucas nações, nas quais as universidades operam sob o rótulo legal de *registered charities* (privadas filantrópicas ou comunitárias), não lhes cabendo o rótulo de universidades estatais nem tampouco públicas *stricto sensu*.

Na outra ponta desta equação – merece destacar-se em termos comparativos –, o ensino superior privado é responsável na atualidade por mais de 75% das matrículas, ratificando a análise de Sguissardi (2005, op.cit.) e, saliente-se, tal volume participativo segue uma trajetória claramente em ascensão. A fundamentação histórica do setor em referência remonta às Constituições pátrias de 1891 e 1988, e seu crescimento constante acompanha tendência compartilhada por quase todas as nações do planeta. Em *terrae brasilis*, dita ascensão enfrentou, contudo, “uma preocupante crise de estagnação da demanda no final do século” [refere-se ao século XX] (SAMPAIO, 2011, p.28), fenômeno posteriormente corrigido sob a tutela presidencial de Fernando Henrique Cardoso, cuja gestão incrementou o número de IES privadas em 110,8% durante sua gestão de oito anos [1995-2002]. O governo sucessor – sob a batuta de Lula da Silva, também por dois mandatos consecutivos – expôs, então, um cenário paradoxal, quando em comparação ao de seu antecessor, “o governo de Lula, distante de ser inibidor da expansão do setor privado, foi o grande patrocinador das IES privadas por meio do PROUNI⁴ [...] [potencializando] o financiamento do setor privado com

⁴ O PROUNI (“Programa Universidade para todos”) foi criado pelo Governo Federal em 2004 (sob a gestão de Lula da Silva) e institucionalizado pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, destina-se preponderantemente aos alunos egressos do ensino médio público ou da rede particular como *bolsistas integrais*, desde que atendido o pré-requisito de a renda familiar per capita ser igual ou inferior a três salários mínimos de referência (BRASIL/MEC, 2017).

recursos públicos” (TRAINA-CHACON; CALDERÓN, 2015, p.95) [cursivas nossas]. Seria a partir desta posição político-administrativa que se iniciaria, efetivamente, a decadência da educação pública?

2.1 Os destinos das instituições universitárias pública e privada

A questão comparativa entre o público e o privado, todavia, não afeta apenas ao número de instituições de um e outro perfil legal, senão que cinge-se com especial relevância ao perfil profissional e às exigências curriculares dos docentes que nessas duas tipologias atuam, ademais de outros aspectos diferenciadores de distinta relevância, como aqueles que se referem à pesquisa e à extensão. Neste sentido e como já expressado, as IES privadas tiveram uma multiplicação exponencial em praticamente todo o planeta, ao passo que as de cunho legal público passaram a ostentar certa estagnação e – por que não dizer? – inusitada *elitização*. Poderia até afirmar-se que cresce um incontido e assíncrono distanciamento entre ambos esses universos. Um estudo atual da lavra de Souza Santos (2013) expõe emblemáticas inferências que merecem sua reprodução, *ipsis litteris*:

A indução da crise institucional por meio da crise financeira, acentuada nos últimos 20 anos, é um fenômeno estrutural decorrente da perda de prioridade da universidade pública entre os bens públicos produzidos pelo Estado. [...]

[...] Nesse nível, a universidade pública mantém a sua autonomia e a sua especificidade institucional, privatizando parte dos serviços que presta. O segundo nível consiste em *eliminar a distinção entre universidade pública e universidade privada, transformando a universidade, no seu conjunto, em uma empresa, uma entidade que não produz apenas para o mercado, mas que se produz a si mesma como mercado, como mercado de serviços universitários tão diversos quanto administração, programas e materiais de ensino, certificação, formação de professores e avaliação de professores e estudantes* (p.303) [cursivas nossas].

Observe-se que tais estratégias, na prática, representam um projeto global de política universitária que, ao longo da sua sedimentação como tal, conformarão um legítimo *capitalismo educacional*, extinguindo de vez a ideia de universidade como bem público. Já em relação ao potencial sucesso (ou fracasso) deste empreendimento, como titularia o festejado literato ficcionista J.M. Simmel uma das suas obras, “*Só o vento sabe a resposta*”. Todavia, a tendência ora exposta e da lavra de Souza Santos (2013) parece seguir trajetória que dificilmente poderá ser alterada. Em realidade, tal vaticínio (extinção da universidade como bem público) parece coincidir com o pensamento de David Roberts, um dos *experts* mundiais em tecnologia disruptiva, membro da *Singularity University* (universidade do festejado *Silicon Valley*, patrocinada pela NASA e situada na Califórnia, USA) (MENÁRGUEZ, 2017), para quem, ainda, subsistirão apenas aquelas universidades (públicas) lastreadas em grandes marcas. Interessante observar a prática administrativa que rege a *Singularity University*: ela não expede titulações nem tampouco opera com créditos; seu objetivo é “formar líderes capazes de inovar e atrever-se a romper as normas para alcançar o ambicioso desafio que a universidade assumiu desde sua criação. [...] resolver os 12 grandes desafios do planeta” (MENÁRGUEZ, 2017, op.cit., s/p), dentre os quais são de destaque essencial: alimentar a população mundial, assegurar o acesso à água potável, disseminar a educação maciça (para todos), conquistar a energia sustentável, zelar pelo meio-ambiente, dentre outros de similar monta.

Sob uma lente agora localizada e especificamente direcionada ao Brasil, há também aqui uma forte tendência a dar-se um fim na universidade pública e também de comprometer

a educação pública em sentido genérico. Trata-se da PEC 241 (Proposta de Emenda Constitucional nº 241 [Câmara] e nº 55 [Senado]), de 2016, cujo teor cria um teto para os gastos públicos e congela as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por um prazo de até 20 anos, a partir de 2018. Aprovada no Senado em 13 de dezembro de 2016 e promulgada em sessão solene do Congresso Nacional no dia 15 do mesmo mês, a referida Emenda Constitucional nº 55 entrará em vigor em 2018, quando sob sua regência os gastos federais “só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (BRASIL/SENADO FEDERAL, 2017). Por certo, seus efeitos far-se-ão sentir ostensivamente sobre o desempenho das instituições de educação superior pública (IESP), restringindo-lhes severamente a capacidade de comprometimento com gastos de toda espécie, pelo prazo crítico de *duas décadas*. Um verdadeiro desafio à sobrevivência destas instituições, sem dúvida.

Ainda em similar diapasão, um artigo da revista eletrônica “Ensino Superior”, intitulado “Ideal em risco” e da lavra de Marina Kuzuyabu (2017), afirma já nos escritos preliminares do ensaio que os analistas especialistas da área “acreditam que o cenário é crítico e que se as instituições [públicas] não se adaptarem, a ideia de que o ensino superior é uma ferramenta de ascensão social pode ruir” (s/p). Compreensível o temor, mas também previsível, visto que, como já exposto mais acima, está ocorrendo um verdadeiro *desmonte* da educação superior pública nacional. Em pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular em 2016, solicitada pelo Semesp (Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior de São Paulo), aponta que “47% dos egressos do ensino médio de todos os grupos respondentes acreditam que somente com o diploma de curso superior conseguirão bons empregos e salários, estabilidade financeira e ascensão social” (KUZUYABU, 2017, op.cit.).

Todavia e em se considerando a nova normativa que passou a reger o financiamento do ensino superior público para os próximos 20 anos – supra-exposta – tem-se, por um lado, que a demanda por educação superior não deverá cair (a pesquisa em tela detectou que há um 30% de entrevistados que vê a crise como um incentivo aos estudos); todavia, a questão crítica remanesce: *como converter essa demanda em matrículas?* Neste sentido, são diversos os fatores que se interpõem à concretização do sonho de um diploma de curso superior. E, agora mais do que nunca, em razão dos determinantes da PEC 55, cujas restrições ao financiamento público pelos próximos 20 anos deverão *engessar* as facilidades ao financiamento educativo, a começar pelo programa do FIES, drasticamente reduzido.

Pari passu com o cenário ora delineado em relação às IESP, a cobertura privada em educação superior no continente já em 2004 ostentava índices crescentes. Uma lista dos principais indicadores desta variável aponta para Chile em primeiro lugar, com 75,1% de participação no mercado, seguido de perto por Brasil com um 71,7% e, mais espaçado, Colômbia com 58,3% (OLIVIER, 2012). A autora em referência ainda destaca uma característica peculiar que identifica o sistema educativo superior pátrio – e que pode ser considerado pioneiro, no que concerne aos processos de privatização no continente –: a privatização da educação como bem público, que, para o *expert* e doutor em educação superior, de naturalidade argentina, Pablo Gentili, dito setor se constitui “como um processo de ajuste e reestruturação do sistema de educação superior cuja fase de irrupção tende a desestabilizar o caráter basicamente democrático das universidades latino-americanas no que denomina de «tecnocratização» das reformas universitárias vinculadas à noção de qualidade” (Apud OLIVIER, 2012, op.cit., p.26). Meritório sublinhar, por fim, que o continente compartilha um leque de características que o identificam quando em comparação com outras regiões do globo, merecendo reproduzir as lições de Gentili, parafraseadas por Olivier (2012, op.cit.), *in verbis*:

A privatização do sistema de educação superior na região conta ao menos com cinco características comuns: 1) redução do gasto público em educação, ciência e tecnologia; 2) aumento da oferta de investimento privado; 3) transferência do custo educativo a famílias ou usuários do sistema; 4) cobrança de tarifas; e 5) subordinação da atividade acadêmica às forças do mercado (p.26).

Com suas dimensões continentais, o Brasil possui um mercado de ensino superior privado cuja principal característica é a fragmentação. Em 2008, o número de IES (privadas) alcançava a cifra de 2.200, das quais 90% congregavam pouco menos de 5 mil alunos matriculados, constituindo, segundo a UNESCO, o sexto maior mercado educativo universitário do mundo (próximo aos 5 milhões de alunos, acorde com os números do MEC) (LYCARIÃO, 2013). Todavia e em termos da relação *idade x porcentagem de matrícula*, os números brasileiros podiam ser considerados tímidos à época: 13,7% da população entre 18 e 24 anos, mui distante da meta definida pelo governo brasileiro para 2010 (30%) “[...] e muito aquém da taxa de outros países em desenvolvimento, como Chile e Argentina, respectivamente, com índices de 52% e 67%, segundo a Unesco” (LYCARIÃO, 2013, op.cit., p. 235), apontando para larga capacidade potencial de incremento do setor brasileiro. Todavia, os indicadores seguintes não atenderiam a essa expectativa: uma reportagem da Agência Brasil⁵, datada de outubro de 2016, sinaliza o declínio das matrículas no ensino superior que, em 2015, mostrou um tímido crescimento em relação a 2014, de apenas 2,5%, alcançando pouco mais de oito milhões de matrículas e ratificando uma desaceleração na tendência de crescimento do item em tela, nomeadamente a partir de 2013 (AQUINO; TOKARNIA, 2016). Mas há outros dados não menos emblemáticos e que induzem a séria reflexão no tocante ao ensino superior. Uma edição da Revista Exame de outubro de 2016 aborda o tema tomando como base de dados o último Censo da Educação Superior divulgado pelo INEP⁶ que, convenha-se, não é nada alvissareiro. Expõem-se a seguir os considerados mais críticos (SANTOS, 2016) – ano-base 2015 –:

- a) Redução de ingressantes: Da ordem de 6,1%, sendo que dos quase 3 milhões de calouros, 81,7% foram para instituições privadas.
- b) Crescimento de matrículas: Foi insignificante, representado pelo índice de apenas 2,5%, sendo a expressiva maioria para as IES privadas.
- c) Alunos concluintes: Do total de ingressantes em 2010 (com data de conclusão em 2015), 11% desistiram já no primeiro ano e 49% desistiram no decorrer do curso.
- d) Ocupação de vagas ofertadas: Estas chegaram a pouco mais de 6 milhões (três vezes mais do que o total de egressos do ensino médio em 2014). Apenas 42% das vagas foram preenchidas, com preponderância para a rede federal (90% de ocupação das vagas ofertadas), enquanto na rede pública chegou a tão-só 40%. Das vagas remanescentes, apenas 13,5% na rede pública foram preenchidas, enquanto na rede privada o índice foi ainda menor: 12,6%.
- e) Período do dia com maior concentração: É o noturno: na rede pública, 62%; na rede privada, 72%; na rede municipal, 75%. Já nas redes federal e estadual, a preponderância do período é diurno: 70% e 59%, respectivamente.
- f) Preponderância de gênero: O feminino compõe a maioria entre os alunos de graduação: 53,9% dos calouros, porcentagem que cresce em relação aos formandos: 59,9%.
- g) Preponderância de cursos de graduação: Direito, Administração, Pedagogia e Ciências Contábeis (em conjunto, respondem por 32,8% do total de matrículas, tendo em primeiro lugar o curso de Direito, com 10,6% do total).

⁵ A Agência Brasil é um veículo de comunicação componente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa pública federal criada pela Lei 11.652/2008 e coordenada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).

⁶ INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

h) Público versus Privado: 87,5% das instituições são da rede privada, com predominância para os centros universitários (94%) e para as faculdades (93%). Entre as públicas, 40,7% são estaduais, 36,3% federais e 23% municipais.

i) Universidades brasileiras: Compõem um total de 195, das quais 54,9% são públicas.

Estes números compõem a *fotografia* da educação superior brasileira, transparecendo claramente uma substancial prevalência do setor privado sobre o público, o que desde já permite inferir-se a *pobreza* do setor público para uma população nacional em que são preponderantes as classes C, D e E: 68% dos brasileiros (CHIARA, 2014). Ainda neste diapasão, vale repassar alguns números que compõem o cenário social do país, com base em sugestivo artigo da lavra do economista e doutor em Ciências Sociais, Luís Miguel Luzio dos Santos (2016). Somos um país de classe média, certo? Errado! Dita afirmação se constitui em mera ficção, como deixa bem claro e expresso o autor ora referenciado:

A classe A que compreende famílias com rendimentos acima de R\$ 15.760,00 totaliza aproximadamente 1% da população, enquanto a classe B, que vai de R\$ 7.880,00 a 15.760,00 soma 11% (IBGE 2015). Apesar da baixa representatividade diante do total, são estes 11% que decidem boa parte das diretrizes econômicas nacionais, invariavelmente reforçando o próprio *status quo*. A chamada classe média brasileira – Classe C – corresponde a famílias com renda entre R\$ 3.152,00 e R\$ 7.880,00, o que corresponde a cerca de 54% da população total (em 2000 eram 36%) [cursivas no original] (SANTOS, 2016, s/p).

A Classe C – segue este estudioso em sua análise –, por compor-se de um espectro amplo, impõe aos estudiosos estatísticos economicistas sua subdivisão entre C1 (rendimentos entre R\$ 5.516,00 e R\$ 7.880,00) e C2 (rendimentos entre R\$ 3.152,00 e R\$ 5.516,00). Sucede que 65% dos componentes desta classe moram *em favelas* – algo em torno dos 12 milhões de brasileiros – o que, se utilizados os critérios do Credit Suisse (2015) ao avaliar as nações desenvolvidas, definiria a classe média brasileira como *não superior a 10% do total da população*. Santos (2016, op.cit.) ainda complementa sua análise, afirmando: “A Classe D, que compreende 25% da população, tem renda familiar de R\$ 1.576,00 a R\$ 3.152,00, enquanto a Classe E é constituída por famílias com renda inferior a R\$ 1.576,00”, correspondente a 10% da população (em torno de 20 milhões de pessoas), sendo que 2,8% da sociedade nacional vive, segundo o IBGE (2014), abaixo da linha de pobreza. A estes números nada atrativos há que se acrescer, ainda, um 8% de desempregados (2015) e 25% dos trabalhadores com ganhos que não ultrapassam um salário mínimo (R\$ 788,00). Tal indicador entra em choque com os dados apontados pelo Dieese, para quem o salário mínimo seria de R\$ 3.210,00, conforme determinado pelas normas constitucionais, encontrando-se, portanto, muito afastado da realidade representada pelos R\$ 788,00. Um detalhe importante e também destacado pelo autor ora em referência: “as classes C, D e E somam 88% do total e *sempre pagaram a conta de todas as crises*” [cursivas nossas] (SANTOS, 2016, op.cit.).

Para encerrar este curioso (e deprimente) cenário, nada mais justo que reproduzir um depoimento pessoal do historiador, cientista político, ativista e dramaturgo estadunidense, Howard Zinn (2016):

Quando eu escuto que o governo não deve se envolver em ajudar as pessoas, que isto deve ser deixado para a “iniciativa privada”, eu penso no *G.I. Bill of Rights*⁷ e sua maravilhosa eficiência não-burocrática. Existem

⁷ **GI. Bill of Rights**

Também chamado **Lei de Reajustes dos Servidores**, legislação [americana](#) aprovada em 1944 que proporcionou benefícios aos veteranos da II Guerra Mundial. Através da Administração de Veteranos (VA), o projeto de lei forneceu subsídios para a taxa de matrícula da escola e da faculdade, hipotecas de baixa renda e empréstimos para pequenas empresas, [treinamento de trabalho](#), privilégios de contratação e pagamentos de desemprego. [As emendas](#) ao ato preveem cobertura de invalidez total e a construção de hospitais [VA](#) adicionais. A legislação

certas necessidades – habitação, auxílio médico, educação – para as quais a “iniciativa privada” está se lixando (fornecer isto aos pobres não é lucrativo, e a iniciativa privada não irá agir sem lucro).

É, sem qualquer dúvida, uma realidade insofismável, nos EUA ou em qualquer outro canto deste planeta, ratificando certa incapacidade ou desinteresse governamental em perceber as necessidades mais prementes das largas camadas sociais dos desprivilegiados, (in)justamente consideradas imerecedoras de atenção e tratamento diferenciado a fim de suprir, pelo menos em parte, suas necessidades primárias.

Eis a *fotografia* genérica que identifica o mercado educativo-social pátrio, no que concerne à dicotomia “*público versus privado*”. Parece claro que os dados ora reproduzidos se constituem em verdadeiros “*pontos fora da curva*”, indicando certo grau de irracionalidade gestora, quando se trata de mensurar o desempenho comparativo universitário entre o público e o privado – em sentido amplo –.

3. METODOLOGIA APLICADA

Partindo-se da correspondente revisão da literatura pertinente, nacional e forânea, desenvolveu-se esta investigação exploratória-participativa com o objetivo de situar o leitor no contexto em que radica a questão problematizada e que pode ser classificada como um estudo empírico. As variáveis centrais – *educação universitária pública e sua versão privada* – orientaram o estudo, para o que contou-se com a larga experiência docente deste que subscreve o artigo em tela, associada à vasta literatura pertinente (nacional e forânea) a qual, com variações pouco significativas, desenha um cenário bastante similar e pouco ou nada atrativo ou alvissareiro para dito setor.

No quesito temporal, esta investigação pode ser enquadrada como um estudo longitudinal ou horizontal retrospectivo com certos traços de prospectividade no curto prazo (RASQUILHA, 2015). Já em relação ao universo investigado, este está adstrito à realidade educativa brasileira como âmago analítico, sem determinação de amostras específicas pré-definidas.

4. RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Em termos genéricos, o cenário delineado e analisado – *universidade pública versus universidade privada* – comprova, em grandes rasgos, a dissonância entre a teoria (o discurso) e a prática (a realidade). Os aspectos analíticos e numéricos ora apresentados ratificam um estado decadente, próximo ao falimentar, no tocante ao universo formado pelas instituições de educação superior públicas. Na contrapartida a esta realidade, a outra ponta da equação – os educandários superiores privados – denotam certa multiplicação desordenada, com claros traços de princípios mercantilistas, resultando no comprometimento da qualidade educativa e da formação cidadã, em favorecimento aos determinantes meramente financeiros de faturamento, lucro e sobrevida organizacional.

Há, ainda, um aspecto mais crítico: o aparente descomprometimento das políticas públicas geradas pelos sucessivos governos de distintas bandeiras políticas, turvando a transparência das reais intenções defendidas pelos gestores públicos das instituições e daqueles aos quais estão afetas as decisões políticas que interferem na dinâmica mercadológica em sentido lato. Em termos claros, é factível observar-se uma brutal dissonância entre *o discurso e a prática* política, ratificando de maneira quase cristalina o

posterior ampliou os benefícios a todos os que tinham servido nas forças armadas (ENCICLOPEDIA BRITANNICA, 2017) [sublinhados no original].

popular e genérico axioma “*na prática, a teoria é outra*” ou, se se deseja alçar ainda mais a compreensão deste axioma, elevando-o ao nível da ética pura, poder-se-á afirmar que “*da teoria à prática há um largo espaço*” – compreensão tornada popular por incontáveis sócio-filósofos, aqui e alhures, ao se referirem à autonomia moral e política dos cidadãos.

Os resultados dessa curiosa dinâmica permitem desenhar um segmento tão importante quanto o da educação superior, aparentemente desnordeado, sem rumo coerente e divorciado das necessidades e expectativas alimentadas pela nação como um todo, e pelas distintas camadas sociais que a compõem, com seus próprios sonhos, anseios, necessidades e esperanças de um futuro melhor.

Em suma, ou se repensa no seu todo a sistemática educativa (*lato sensu*) em todos os seus níveis e em sua real e legítima razão de ser, reformulando-a segundo um planejamento integralmente voltado e adequado à realidade não apenas nacional, mas sim mundial, ou os contingentes egressos das universidades, sejam públicas, privadas ou de qualquer outra espécie legal, comprometerão seriamente o futuro da nação, em sentido lato e global. O ponto de partida para tal drástica e necessária (vital) mudança, em termos específicos ao da realidade brasileira, terá de surgir, obrigatoriamente, de um processo de reconciliação nacional e da renovação radical dos princípios éticos e morais da pátria, *lato sensu*.

5. CONCLUSÕES

Na larga, complexa e multifacetada história humana, não é possível perceber-se, com cristalina compreensão, qual realmente é o objetivo perseguido pela espécie. Esta constatação já pareceria mais que suficiente para fundamentar a descrença no futuro (em qualquer modelo e tipo de futuro) do ser humano. Marchas e contramarchas, avanços e retrocessos, esperanças e decepções, mesclam-se em formatos tão intrincados e, não raramente, incompreensíveis e até irracionais, dificultando a qualquer cientista social a possibilidade de encontrar um caminho lógico para explicar a tipologia comportamental regente das ações humanas, ao largo da sua milenar existência.

A educação, em seu mais amplo sentido, tem sido (ou melhor dizendo, vem sendo) o “*calcanhar de Aquiles*” da sobrevivência e progresso planejado da espécie, de há incalculável tempo. Inobstante os expressivos avanços da ciência (*lato sensu*), a educação tem se mostrado um *capítulo à parte*, complexo, intrincado, truncado, desnordeado (ora avançando, ora estagnando ou até regredindo), tornando extremamente complexo compreendê-la em sua dinâmica existencial. Noutros termos, poder-se-ia afirmar sem temor que ela chega a ser, em certos momentos históricos, um fenômeno irracional, constituindo-se em insofismável paradoxo social. Mais: se os preceitos e predicados a ela atinentes efetivamente norteassem seu planejamento, desenvolvimento e capacidade de aplicação, seguramente seu lugar de relevância estaria situado em posição merecida, redundando, em largo sentido, em melhor e mais coerente cenário social. Infelizmente, esta não é a realidade humana.

Educação, em amplo sentido, se pública ou privada, se mercantilizada ou gratuita, em todos os seus patamares de aprendizado e por força de uma racionalidade equilibrada naturalmente devida, teria de redundar em crescimento e aprimoramento social, o que na prática absolutamente não sucede e isto é facilmente perceptível *a olho nu*. Observa-se, ao contrário, uma deterioração crescente dos índices de educação (familiar e formal) que, não raro, redundam em desestabilização social e comportamental.

A questão suscitada a partir deste artigo, induz à constatação de um elevado índice de dissonância entre as proposituras formais e legais e as práticas efetivamente levadas a termo,

impossibilitando uma análise *real* do cenário educativo superior, independentemente de ser este de cunho público ou privado. Redunda daí que, para alcançar-se alguma fórmula de conclusão, far-se-ia necessário, em primeiro e destacado lugar, reformular o arcabouço legal, funcional, conceitual e prático do que se possa entender como *Universidade*. Mais: esta reformulação forçosamente alcançaria (ou demandaria) a reestruturação de todo o aparato educativo em sentido lato, a partir das práticas implementadas no âmbito familiar.

Sem dúvida, não há como alimentar-se qualquer expectativa neste sentido, se considerada a ostensiva deterioração do núcleo primário em que se desenvolve o ser humano: sua família. Infelizmente.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Yara; TOKARNIA, Mariana. Matrículas no ensino superior passam de 8 milhões; ritmo de crescimento cai. In: **EBC – Agência Brasil**. Disponível em: <https://goo.gl/AQpLJq>. Acesso em: 20jul.2017.

ARAÚJO, Josimeire de O; CORREIA, Maria V. C. (Org.). **Reforma universitária: a universidade pública em questão**. Maceió: EDUFAL, 2005.

BRASIL. **PROUNI – Programa Universidade para Todos**. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **PEC que restringe gastos públicos e aprovada e vai a promulgação**. Brasília (DF): Senado-Notícias, 2017.

CHIARA, Márcia de. Classes C, D e E reúnem 68% dos brasileiros. In: **Jornal Estadão/Economia e Negócios**, 09dez.2014. Disponível em: <https://goo.gl/3hjXPe>. Acesso em: 20jul.2017.

KUZUYABU, Marina. Ideal em risco. In: **Revista Educação/Ensino Superior**, 17fev.2017. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/ideal-em-risco/>. Acesso em: 23jul.2017.

LYCARIÃO, Brígida P. Contratos educacionais: contratos, características e soluções. In: COLOMBO, S.S. (Org.). **Gestão universitária: os caminhos para a excelência**. Porto Alegre: Penso, 2013.

MENÁRGUEZ, Ana T. La mayoría de universidades del mundo van a desaparecer. In: **El País – Edición América**, 26Jul.2017. Disponível em: <https://goo.gl/19Y7A2>. Acesso em: 26Jul.2017.

MOTTA, Rodrigo P.S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014.

OLIVIER, Guadalupe. Reto de la educación superior privada en América Latina: entre la expansión y la resistencia. In: BOUFFARD, C. (Edit.), **Institut des Amériques: Idées d'Amériques**. Marseille (France). Disponível em: <https://ideas.revues.org/382>. Acesso em: 12Jul.2017.

RASQUILHA, Luís. **Viagem ao futuro: A verdade sobre a Prospectiva e o Foresight**. São Paulo: Actual Editora, 2015.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. In: **Revista Ensino Superior Unicamp** (Portal Unicamp), Out. 14/2011. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>. Acesso em: 25Jun.2017.

SANTOS, Bárbara F. 10 números que mostram como está o ensino superior no Brasil. In: **EXAME.com**. Disponível em: <https://goo.gl/f4QiWX>. Acesso em: 12jul.2017.

SANTOS, Boaventura de S. A universidade do século XXI: para uma reforma democrática. In: APPEL, W.M.; BALL, S.J.; GANDIN, L.A. (Org.), **Sociologia da educação – Análise internacional**. Cristina Monteiro (Trad.). Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

SANTOS, Luís M. de S. Classes sociais no Brasil: o país dos 12%. In: DIAS, E., **Baixo Clero**, 14jan.2016. Disponível em: <https://goo.gl/Y5FBWQ>. Acesso em: 10jul,2017.

SGUISSARDI, Waldemar. Universidade Pública Estatal: entre o público e o privado/mercantil. In: **Educação Social**, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 191-222, Jan./Abr. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12Jul.2017.

TRAINA-CHACON, José M.; CALDERÓN, Adolfo I. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. In: *Universia/RIES – Revista Iberoamericana de Educación Superior*, n.17, v.VI, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/Gjgt1h>. Acesso em: 12Jul.2017.

ZINN, Howard. **Você não pode ser neutro num trem em movimento**: uma história pessoal dos nossos tempos. Curitiba: L-Dopa Publicações, 2016.